

RESOLUÇÃO Nº 25/2005 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 30/03/2005)

Alterada pela Resolução nº 45/05.

Revogada pela Resolução nº 17/17.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à PALMINJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS, COMPONENTES E AFINS LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria PALMINJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS, COMPONENTES E AFINS LTDA., a se instalar no município de São Gonçalo dos Campos neste Estado, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela PALMINJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS, COMPONENTES E AFINS LTDA., nas operações de saídas de calçados e seus componentes, pelo prazo de 12 (doze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.

Nota: A redação atual do inciso “I” do art. 1º foi dada pela Resolução nº 45, de 30/06/05, DOE de 01/07/05, efeitos a partir de 01/07/05.

Redação original, efeitos até 30/06/05:

“I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela PALMINJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS, COMPONENTES E AFINS LTDA., nas operações de saídas de palmilhas, saltos e tacos para calçados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.”

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 28 de março de 2005.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO

Presidente